

PROJETO DE INTERVENÇÃO EM REDE (PIR) 2009- 2012

SEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Uma experiência de trabalho em rede

GRUPO VIOLÊNCIA: INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO, INTERVENÇÃO
SERVIÇO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR



COORDENAÇÃO
João Redondo

Coimbra, 2012

SEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA
UMA EXPERIÊNCIA DE TRABALHO EM REDE

GRUPO VIOLÊNCIA: INFORMAÇÃO, INVESTIGAÇÃO, INTERVENÇÃO
SERVIÇO DE VIOLÊNCIA FAMILIAR

O conteúdo desta obra pode ser reproduzido em parte ou no seu todo
se for mencionada a fonte.

Escrito ao abrigo do novo acordo ortográfico.

Editor: Administração Regional de Saúde do Centro

Título: SEM VIOLÊNCIA DOMÉSTICA

Uma experiência de trabalho em rede

Coordenação: João Redondo

Design Gráfico capa: Tânia Rodrigues

Serviço de Violência Familiar - Hospital Sobral Cid

CENTRO HOSPITALAR E UNIVERSITÁRIO DE COIMBRA

Apartado 1

3031-801 Ceira

Telefone: 239 796 400 - Fax: 239 796 499

Tiragem: 500 exemplares

Impressão: *Tipografia Damasceno*

ISBN: 978-989-95137-4-7

Projeto cofinanciado pelo Fundo Social Europeu no âmbito do Programa Operacional Potencial Humano (nº 015443/2008/77)

3.2. INTERVENÇÃO INDIVIDUAL, CASAL, FAMILIAR DE ORIENTAÇÃO SISTÊMICA

Inês Pimentel, Madalena Alarcão, Isabel Alberto, João Redondo

Tendo um modelo de pensamento e organizativo eminentemente sistémico, o Serviço de Violência Familiar desde cedo refletiu sobre a utilidade e pertinência das intervenções ou terapias sistémicas, familiares e de casal, no contexto da violência familiar.

A violência interpessoal é, habitualmente, uma forma analógica de exercício de poder. Quando ocorre no seio da família, existe uma rede complexa de padrões comunicacionais que importa analisar na medida em que, de forma direta ou indireta, eles contribuem para a eclosão e/ou manutenção dessa mesma violência.

Na família, não podemos esquecer que, mesmo quando as fronteiras ou limites (Minuchin, 1979) são claros, um mesmo elemento/pessoa, pertence a diferentes subsistemas: é o caso, por exemplo, do pai-marido ou da mãe-mulher, do filho-irmão, delimitando ao núcleo familiar mais restrito. Embora a diferenciação se faça pelo exercício de um papel específico, sabe-se como é difícil a não interpenetração desses papéis e como é frequente, nas situações em que a família enfrenta algumas dificuldades no seu funcionamento, que os mesmos se contaminem ou confundam.

A compreensão da violência à luz de dificuldades de diferenciação entre o subsistema conjugal e parental, em que as crianças são trianguladas pelos pais ou em que elas próprias procuram, ativamente, triangular o conflito entre os adultos está diversamente documentada na literatura (cf., por exemplo, Cirillo & DiBlasio, 1997).

Mais recentemente, o entendimento da violência de filhos para pais tem também sido enquadrado no âmbito das dificuldades: i) na definição de fronteiras ou limites entre subsistemas, mais particularmente entre o subsistema parental e filial, ii) na gestão do poder, com inversão da hierarquia vertical entre pais e filhos e em que é o/a filho/a violento/a que, dessa forma, assume o controle da relação, iii) na gestão da comunicação, com frequentes alianças e coligações, muitas vezes potenciadas por uma anterior ligação fusional entre o filho/a e o progenitor agora agredido (Pereira, 2010).

Menos estudada por investigadores sistêmicos e terapeutas familiares, a violência contra os idosos, perpetrada por filhos ou cônjuges, não deixa de ter um valor comunicacional semelhante, surgindo o comportamento violento como uma forma de gestão da relação e de submissão do outro à vontade do agressor.

A manutenção de comunicações disfuncionais no seio da família, como a complementaridade rígida ou a escalada simétrica, independentemente da etapa do ciclo vital da família, constitui um fator importante para a manutenção da violência familiar (Alarcão, 2000; Perrone & Nannini, 1998).

Por todas estas razões, equacionar a possibilidade de trabalhar o sistema em que a violência ocorre, nomeadamente a família e/ou o casal, de acordo com os princípios e as estratégias da terapia familiar e de casal pode parecer coerente e necessário. São, no entanto, frequentes as chamadas de atenção para que a existência de violência no seio da família pode assumir-se como uma clara contra-indicação, particularmente quando a violência ainda está presente e quando o agressor não assume o seu comportamento.

Neste sentido, desde o princípio, em todas os casos recebidos⁵⁰ (mesmo naqueles em que o pedido por parte da entidade sinalizadora era de terapia casal/familiar), o SVF privilegiou a avaliação prévia da situação, e do risco/perigo de revitimização associado, junto de cada um dos protagonistas da violência e das suas redes de suporte, antes de proceder ao seu encaminhamento para intervenções específicas. Não significa isto menor interesse ou consideração pelas avaliações/intervenções anteriores, ou mesmo pelo eventual pedido dos protagonistas da violência. Apenas se assumiu a importância de

⁵⁰ Embora o SVF se caracterize por ser um serviço de segunda linha, aceitando encaminhamentos por parte de outros profissionais e serviços da comunidade (das áreas da justiça, da saúde, do social, da educação, das forças de segurança, etc.), existe também a possibilidade de serem os próprios utentes a solicitar a intervenção, de modo direto. Assim, os pedidos são diversos, podendo enquadrar-se em três tipos: prevenção (não está sinalizada uma situação de violência, mas existe um conjunto de fatores de risco, que importa minimizar), intervenção na crise (a violência está presente no momento da sinalização, importa garantir a segurança dos seus protagonistas e promover a mudança de comportamentos, no sentido da não-violência) ou intervenção no pós-crise (a situação de violência foi ultrapassada, o pedido relaciona-se com o seu impacto na qualidade de vida da(s) pessoa(s)).

recolher e analisar a informação necessária à melhor definição do projeto de intervenção a realizar.

O que desde cedo percebemos, com o auxílio da experiência de muitos outros terapeutas familiares a trabalhar neste contexto (Almeida & Durkin, 1999; Bograd & Mederos, 1999; Goldner, 1999; Greenspun, 2000; Stith, Rosen, & McCollum, 2002⁵¹), é que a terapia familiar ou de casal está contraindicada em casos de elevada severidade e/ou de complementaridade rígida como padrão comunicacional dominante, uma vez que nestas situações a família, ou o casal, não reúne condições de flexibilidade, espontaneidade e relativa igualdade, entre si, necessárias a uma profícua partilha dos significados atribuídos por cada um às experiências de todos e a uma leitura circular dos comportamentos e comunicações interpessoais. A estimulação desta circularidade de pensamento e de comunicação poderá ser delicada, e talvez até impossível, em situações nas quais um ou mais elementos sentem a sua liberdade restringida na presença de outro(s). Por outro lado, pela valorização da contextualização dos acontecimentos, este tipo de abordagens conjuntas pode promover, indiretamente, a minimização da violência ou a externalização da culpa por parte do(s) seu(s) autore(s) (Greenspun, 2000).

Na prática clínica, a violência familiar sempre esteve presente, em maior ou menor grau, direta ou indiretamente, nos gabinetes dos

⁵¹ Para uma leitura mais aprofundada acerca de exemplos de intervenções sistémicas, de casal / familiares, no contexto da violência entre parceiros íntimos, consultar estas fontes.

terapeutas familiares. Ainda hoje isso acontece, estejam ou não os terapeutas preparados para a identificar ou tratar diretamente⁵². Se a violência for tratada como qualquer outro sintoma de perturbação familiar, corremos o risco de poder normalizá-la, aliando-nos (de forma implícita) à narrativa do agressor que quase sempre a justifica, através dos problemas e interferências da família nuclear ou alargada, entre outras explicações (Henning & Holdford, 2006). Assim, é fundamental que os terapeutas familiares tenham formação e treino específicos para abordar a problemática da violência de uma forma adequada, o que quase sempre exige uma intervenção complexa, multidisciplinar e multissetorial, que extravasa os recursos do gabinete. As intervenções conjuntas merecem, por isso, uma cuidada ponderação, ainda que nalguns momentos ou nalgumas situações elas possam ser utilizadas com comprovada eficácia.

A reflexão acerca dos critérios de admissão para estas intervenções levou-nos a uma reflexão, também ela desafiante, acerca do conceito de violência. De facto, os casais ou famílias que procuram terapia por sua própria iniciativa, identificando problemáticas relacionadas com a violência familiar (perturbações ao nível da comunicação do casal, ciúme, questões de autoridade parental, etc.) a maior parte das vezes apresentam, não um padrão comunicacional complementar rígido,

⁵² Alguns autores (Schacht, Dimidjian, George, & Berns, 2009) afirmam que os terapeutas familiares não estão preparados para sinalizar casos de violência e que têm tendência a, sobre eles, elaborar outros diagnósticos. Recomendam o uso de um *screening* universal prévio à admissão dos clientes em terapia.

onde o controle e o domínio são unilaterais e a violência é apenas mais uma forma de exercer esse poder abusivo de um elemento sobre o outro(s)⁵³, mas um padrão comunicacional simétrico, onde a violência parece ter uma função mais expressiva do que instrumental e, por isso, é mútua ou cruzada e pontual (carateriza-se por episódios de agressão física ou verbal, sem existir um padrão de coerção ou de castigo)⁵⁴. Nestes casos, a identidade e a autoestima dos dois elementos do casal está preservada e ambos aceitam a necessidade de uma reflexão conjunta com vista à mudança (Perrone & Nannini, 1997).

Alguns autores (Carlson & Jones, 2010; Johnson, 1995; Johnson & Ferraro, 2000; Perrone & Nannini, 1997) têm contribuído para esta reflexão em torno de uma proposta de compreensão da violência, que considera, basicamente, dois tipos distintos: o terrorismo íntimo, a violência-castigo ou violência instrumental, de um lado, e a violência situacional, a violência agressão ou violência expressiva, do outro. No primeiro caso temos a violência como negação do conflito, com um

⁵³ Johnson e Ferraro (2000) denominam este tipo de violência como Terrorismo Íntimo e afirmam que este é mais passível de ser encontrado entre a população que recorre a serviços especificamente dirigidos à violência (e.g. casas-abrigo), aos tribunais, ou às urgências / medicina legal.

⁵⁴ Johnson e Ferraro (2000) designam este tipo de violência como violência comum de casal ou violência situacional, afirmando que é o mais prevalente na população em geral, sendo por isso, melhor representado pelos inquéritos normativos que se realizam junto da população em geral ou em serviços de cuidados primários, dirigidos a toda a comunidade.

poder normalizador do outro e da relação; no segundo tipo está a violência como dramatização do conflito, com o poder de o explicitar com vista à sua resolução.

Figura 1. Modelo de compreensão do conceito de violência: do conflito ao controlo

(Traduzido e adaptado de Carlson e Jones, 2010, p.251)

		Grupo 1	Grupo 2	Grupo 3		
CONFLITO	→	AGRESSOR	<ol style="list-style-type: none"> 1. Não há consumo de substâncias 2. Baixa propensão para a raiva 3. Menos psicopatologia 4. Simetria de género 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Abuso de substâncias 2. Propensão moderada para a raiva 3. Ansiedade ou depressão 4. Personalidade <i>borderline</i> 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Dependência de substâncias 2. Propensão elevada para a raiva 3. Personalidade antisocial 4. Comportamento criminal 5. Geralmente do sexo masculino 	→
	→	VIOLÊNCIA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Violência pouco frequente 2. Não há violência fora da relação 3. Violência pouco severa 4. A violência surge com a escalada do conflito 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Violência mais frequente 2. Não há violência fora da relação 3. Severidade da violência baixa/moderada 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Violência frequente e/ou táticas de controlo não violentas 2. Violência extrafamiliar 3. Violência de severidade elevada 4. Poder e controlo 	→
	→	VÍTIMA	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sente pouco medo 2. Pode ameaçar com o divórcio 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sente algum medo 2. Pode ter alguma propensão para PTSD e depressão 3. Pode tentar prosseguir com o divórcio 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Sente muito medo 2. Atos de autodefesa (resistência violenta) 3. Propensão para PTSD e depressão 4. O pedido de divórcio é improvável 	→

Estes dois pólos, identificados por Carlson e Jones (2010) no esquema conceptual que acima traduzimos (figura 1), não pretendem, de modo algum, desvalorizar um tipo de violência em relação ao outro. Sabe-se que os homicídios conjugais podem ocorrer em qualquer um deles e

que todos os casos de violência comportam um determinado grau de risco, devendo ser tratados de modo responsável e cuidadoso, de forma a evitar que a intervenção envolva revitimização ou seja contraproducente em relação ao objetivo geral de cessar a violência e proteger os seus atores. No entanto, estes modelos acentuam a necessidade de perspetivar a intervenção de modo distinto, para que esta seja específica e ajustada a cada situação em concreto, saindo do paradigma “*one size fits all*”, ou seja, de que uma única resposta, normalizada, é adequada para todas as situações de violência familiar (Lehmann & Simmons, 2009).

No diagnóstico prévio à definição da estratégia de intervenção é fundamental avaliar a vítima, o agressor e a própria relação violenta. Nesta avaliação, destacamos a pesquisa do nível de controlo na relação, da presença ou não de medo (ou terror) por parte da vítima, do grau de severidade das agressões (físicas e psicológicas) e dos motivos/ intenções daquele que exerce a agressão, bem como da perspetiva do recetor. Outra questão fundamental será avaliar a presença ou não de vínculo afetivo entre os protagonistas da violência, bem como os seus objetivos e necessidades. De toda esta avaliação surgirão implicações ao nível da intervenção terapêutica, sendo as terapias familiares ou de casal especialmente contraindicadas para os casos que se situam no pólo do controlo, ou seja, para aqueles casos

nos quais a violência parece ter uma função claramente instrumental⁵⁵. Ainda assim, mesmo nos outros casos, em que a violência surge com um valor comunicacional denunciando o mal-estar de todos, este tipo de intervenções deve ser cuidadosamente ponderado, pelo menos numa primeira fase. Quando a violência irrompe nas relações, ultrapassou-se a barreira do que deve ser permitido e aceite, e a crise que se instala na família deve ser gerida respeitando o tempo de cada um para a mudança. A probabilidade dos limites voltarem a ser invadidos é muito maior, o que por si só aumenta o risco de reincidência e até o perigo de homicídio. De modo a repor essas fronteiras ou a valorizá-las, excluído o risco/ perigo associado à situação de violência, é importante que a intervenção comece por se dirigir à reflexão e mudança individual. É, contudo, desejável que os dois elementos do casal sejam envolvidos nesse trabalho, ainda que em separado, podendo este ocorrer no mesmo contexto institucional ou em contextos distintos⁵⁶.

Johnson (2006) adverte para o facto de que quando não temos a certeza do diagnóstico ou quando temos acesso apenas à narrativa de um dos elementos do casal, por precaução e segurança, devemos partir

⁵⁵ É comum nestes casos nenhum dos elementos do casal estar motivado para este tipo de intervenção; a vítima por medo das implicações, o agressor por não reconhecer a necessidade nem ter crítica face ao problema.

⁵⁶ Quando é possível intervir com os dois elementos do casal no mesmo contexto é útil que sejam terapeutas diferentes a trabalhar com cada um deles, ainda que, nalguns momentos, esses terapeutas possam conversar e trocar informações sobre o caso, de modo a amplificar a sua visão do mesmo. Quando esta intervenção decorre em contextos distintos, defendemos a mesma necessidade de articulação.

do pressuposto de que não existem condições para uma intervenção conjunta. Por prudência, é fundamental, numa primeira fase, ouvir os dois elementos do casal em separado, independentemente do contexto desta intervenção. Só depois de uma fase inicial de cuidada avaliação (que no Serviço de Violência Familiar chamamos de fase de “acolhimento”) junto dos protagonistas da violência e suas redes de suporte (primárias e secundárias), é possível ponderar um encaminhamento adequado.

No Serviço de Violência Familiar as intervenções sistémicas, familiares ou de casal surgem, a maior parte das vezes, após o enquadramento judicial ter cessado e depois de uma intervenção prévia (cuja duração depende do caso a caso) dirigida à mudança individual (consciencialização do problema e do seu papel na manutenção do mesmo, promoção de competências comunicacionais adequadas para lidar com a tensão), que pode ser trabalhada em contexto grupal (por critério de género) ou individual. Da nossa experiência é de realçar a utilidade, nesta fase prévia, do acolhimento, das intervenções com a rede primária de cada elemento do casal, incluindo geralmente as pessoas por eles escolhidas e percebidas como fonte de suporte (habitualmente são pessoas da família de origem que comparecem). Estas sessões servem para clarificar a história familiar e individual, bem como para reforçar mecanismos de suporte e laços de afeto e partilha de um *património* familiar comum. Embora, na maior parte das vezes, esse *património* familiar esteja

relacionado com as dificuldades atuais, também é possível, através dele, encontrar recursos para a resolução das tensões e dos problemas.

Pensamos, no entanto, que, numa segunda fase, e quando as relações familiares estão preservadas (o casal mantém a relação e a coabitação) e existe vínculo afetivo⁵⁷, é útil e desejável que a relação de casal/familiar seja abordada de modo direto, na presença de uns e de outros. Isto porque “as vítimas e os vitimadores nunca estão sozinhos, pelo que a mudança requer uma modificação do sistema vincular em que estão imersos” (Alarcão, 2000, p. 311). Nestes casos, o objeto de análise vai para além dos indivíduos, focando-se no nível interacional/relacional, e procura aprofundar as estratégias desenvolvidas no primeiro nível de intervenção. Estas sessões conjuntas servem ainda para desenvolver a capacidade de metacomunicação do casal/família, no sentido de transformar a narrativa problema, a partir da potenciação dos resultados únicos ou das soluções ocasionais, e para, em retrospectiva, avaliar todo o caminho de intervenção percorrido (Greenspun, 2000), retomar o desenvolvimento familiar e fortalecer os vínculos afetivos dentro da família. Da nossa experiência, o reforço da relação é um bom preventor da reincidência da violência (Guerney, 1977, cit. por De Silva & Marks, 1997). Nesta fase, os elementos a convocar são,

⁵⁷ De sublinhar que enquanto o nível de conflitualidade permanece elevado, o autor da violência não reconhece a sua responsabilidade e a família não demonstra ressonância emocional, não estão reunidas condições para passar a esta segunda fase de intervenção.

preferencialmente, todos aqueles que se revelam importantes para a manutenção do funcionamento problemático, ou apenas o casal quando os filhos procuram destriangular ou não estão disponíveis para a intervenção.

Para concluir, importa sublinhar que, embora ao nível da intervenção as abordagens conjuntas sistémicas sejam sensíveis, tal como foi exposto, ao nível compreensivo, é fundamental a multiplicação das visões sobre o problema da violência familiar, incluindo o olhar transgeracional, intrapsíquico, interacional e contextual (Scheinkman & Werneck, 2010) para além do olhar cultural, ou seja, é fundamental desenvolver uma narrativa inclusiva, ecossistémica que oriente qualquer intervenção, independentemente do seu contexto, e que valorize a complexidade, as competências, a autonomia e a auto-organização das famílias (Alarcão, 2000).

Referências bibliográficas

- Alarcão, M. (2000). *(Des)Equilíbrios Familiares*. Coimbra: Quarteto Editora.
- Almeida, R. V., & Durkin, T. (1999). The cultural context model: therapy for couples with domestic violence. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25(3), 313-324.
- Bograd, M., & Mederos, F. (1999). Battering and couples therapy: universal screening and selection of treatment modality. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25(3), 291-312.

- Carlson, R. G., & Jones, K. D. (2010). Continuum of conflict and control: A conceptualization of intimate partner violence typologies. *The Family Journal*, 18 (3), 248-254.
- Cirillo, S., & DiBlasio, P. (1997). *Niños maltratados. Diagnóstico y terapia familiar* (2ª ed.). Barcelona: Paidós.
- De Silva, P., & Marks, M. (1997). O problema dos ciúmes no casal. *Psychologica*, 17, 5-17.
- Goldner, V. (1999). Morality and multiplicity: perspectives on the treatment of violence in intimate life. *Journal of Marital and Family Therapy*, 25 (3), 325-336.
- Greenspun, W. (2000). Abraçando a Controvérsia, Uma Abordagem Metassistêmica ao Tratamento da Violência Doméstica. In P. Papp (Ed.), *Casais em perigo, Novas Diretrizes para Terapeutas* (pp. 167-191). Porto Alegre: Artmed Editora.
- Henning, K., & Holdford, R. (2006). Minimization, denial, and victim blaming by batterers: How much does the truth matter? *Criminal Justice and Behavior*, 33 (1), 110-130.
- Johnson, M. P. (1995). Patriarchal terrorism and common couple violence: Two forms of violence against women. *Journal of Marriage and the Family*, 57, 283-294.
- Johnson, M. P. (2006). Gendered communication and intimate partner violence. In Dow, B. J., & Wood, J. T. (Eds.), *Gender Violence: Interdisciplinary Perspectives* (pp. 71-88). California: Sage Publications.
- Johnson, M. P., & Ferraro, K. J. (2000). Research on domestic violence in the 1990s: Making distinctions. *Journal of Marriage and the Family*, 62, 948-963.

- Lehmann, P., & Simmons, C. A. (2009) *Strengths-based batterer intervention: A new paradigm in ending family violence*. New York: Springer Publishing Company.
- Minuchin, S. (1979). *Famille en thérapie* (2^a ed.). Paris: Ed. J. P. Delarge. Edição original, 1974.
- Pereira, R. (2010). Transformaciones del poder en las familias. Cuando los hijos toman el poder: Violencia filio-parental. *Mosaico*, 44, 60-66.
- Perrone, R., & Nannini, M. (1998). *Violencia y abusos sexuales en la familia, un abordaje sistémico y comunicacional* (1^a Edição ed.). Buenos Aires: Paidós Terapia Familiar.
- Schacht, R. L., Dimidjian, S., George, W. H., & Berns, S. B. (2009). Domestic violence assessment procedures among couple therapists. *Journal of Marital and Family Therapy*, 35(1), 47-59.
- Scheinkman, M., & Werneck, D. (2010). Disarming jealousy in couples relationships: A multidimensional approach. *Family Process*, 49(4), 486-502.
- Stith, S. M., Rosen, K. H., & McCollum, E. E. (2002). Developing a manualized couples treatment for domestic violence: overcoming challenges. *Journal of Marital and Family Therapy*, 28(1), 21-25.